

64.257.124/0001-30 – Ata de Registro de Preço n.º130/2015 – Valor: R\$ 10.405,88 (dez mil quatrocentos e cinco reais e oitenta e oito centavos) – Dotação Orçamentária: 02.25.07.13.391.4095.2.0266.3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo – Ficha 298. Data: 18 de Dezembro de 2015, Anderson Pires, Secretário Municipal da Fazenda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Secretário Municipal de Fazenda torna pública a Homologação do Processo Licitatório n.º 090/2015 – Modalidade: Pregão Presencial n.º 043/2015 – Tipo: Menor Preço Por Item - Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA O ENCONTRO DE FILIA DE REIS**, em prol da empresa **SUPER MERCADO MONTE UM LTDA - ME** – Valor: R\$ 563,60 (quinhentos e sessenta e três reais e sessenta centavos). Data: 18 de Dezembro de 2015, Secretário da Fazenda Anderson Pires.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 131/2015

Processo Licitatório n.º 090/2015 – Modalidade: Pregão Presencial n.º 043/2015 – Tipo: Menor Preço Por Item – Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA O ENCONTRO DE FILIA DE REIS** – Contratante: **Prefeitura Municipal de Monte Carmelo** – CNPJ: 18.593.103/0001-78. – Contratada: **Super Mercado Monte Um Ltda - ME** – CNPJ: 14.279.526/0001-94 – Ata de Registro de Preço n.º131/2015 – Valor: R\$ 563,60 (quinhentos e sessenta e três reais e sessenta centavos) – Dotação Orçamentária: 02.25.07.13.391.4095.2.0266.3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo – Ficha 298. Data: 18 de Dezembro de 2015, Anderson Pires, Secretário Municipal da Fazenda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



EXTRATO DE RATIFICAÇÃO

A Secretaria Municipal de Fazenda torna pública a Ratificação do Processo Licitatório n.º 075/2015 - Modalidade Dispensa n.º 031/2015 - Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO; CONFORME CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO E O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA** – CIDES conforme Art. 24, inc. XXVI, da Lei Federal n.º 8.666/93 em prol do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA – CIDES - Valor: R\$ 74.836,96 - Data: 21 de Dezembro de 2015, Fausto Reis Nogueira.

EXTRATO DO CONTRATO

Processo Licitatório n.º 075/2015 - Modalidade Dispensa n.º 007/2015 - Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO; CONFORME CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO E O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA** – CIDES conforme Art. 24, inc. XXVI, da Lei Federal n.º 8.666/93. Contratante: Prefeitura Municipal de Monte Carmelo - CNPJ: 18.593.103/0001-78. Contratada: Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - Cides - CNPJ: 19.526.155/0001-94 - Valor: R\$ 74.836,96 - Prazo: Completa execução. Dotação Orçamentária: 02.61.00.15.451.4001.2.0569.3.3.93.39.00.00 - Outros Serv. Terc. P.J. - Ficha: 574 - Data: 21 de Dezembro de 2015, Fausto Reis Nogueira – Prefeitura Municipal de Monte Carmelo/MG.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 6589 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

Confirma estabilidade do(a) servidor(a) que menciona.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, e tendo em vista o disposto no artigo 30 da Lei Complementar n.º 08 de 09/12/2005, c/c o Decreto 35 de 31 de maio de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º - Considerando o parecer conclusivo da comissão avaliadora, confirmar a ESTABILIDADE do (a) servidor(a) **ANTÔNIO ALVES DE OLIVEIRA**, matrícula 439385, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E TURISMO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19/12/2015.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 21 de Dezembro de 2015.

Fausto Reis Nogueira
Prefeito Municipal

Vilson Vieira Borges
Secretário Municipal de Governo



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



PORTARIA Nº 6590 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015.

Confirma estabilidade do(a) servidor(a) que menciona.

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, usando de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, e tendo em vista o disposto no artigo 30 da Lei Complementar n.º 08 de 09/12/2005, c/c o Decreto 35 de 31 de maio de 2005,

RESOLVE:

Art. 1º - Considerando o parecer conclusivo da comissão avaliadora, confirmar a ESTABILIDADE do (a) servidor(a) **DANIELLE CRISTINA MARCIANO**, matrícula 439388, ocupante do cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO I, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19/12/2015.

Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se.

Monte Carmelo, 21 de Dezembro de 2015.

Fausto Reis Nogueira
Prefeito Municipal

Vilson Vieira Borges
Secretário Municipal de Governo

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

[ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO](#)

[RESPONSÁVEL: PATRÍCIA MATIAS DIOGO](#)

[TELEFONE: \(34\)3842-5880 - RAMAL 317](#)

[ACESSE: \[www.montecarmelo.mg.gov.br\]\(http://www.montecarmelo.mg.gov.br\)](#)



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

EDIÇÃO EXTRA

Órgão Oficial do Município

Dia 22 de Dezembro de 2015
Lei nº 661 de 09 de abril de 2007

Ano IX

Nº 975 A



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS



LEI COMPLEMENTAR Nº 35 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2014.

“Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação de Saúde do Município de Monte Carmelo – Fundação Saúde de Monte Carmelo – e dá outras providências”.

O Povo do Município de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, [APROVOU](#) e o Prefeito Municipal [SANCIONA](#) a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º. O Poder Executivo fica autorizado a criar a Fundação Saúde do Município de Monte Carmelo, doravante denominada FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO, na forma do art. 37, XIX, da Constituição Federal de 1988, integrante do Sistema Único de Saúde e com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, com prazo de duração indeterminado.

§ 1º. A FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO terá sede e foro em Monte Carmelo, Minas Gerais e adquirirá personalidade jurídica com a inscrição dos seus atos constitutivos no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

§ 2º. A FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO terá patrimônio e receita própria, gozará de autonomia gerencial, financeira, e executará as diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Art. 2º. A FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO integrará a administração pública indireta do Município de Monte Carmelo e vincular-se-á à Secretaria Municipal de Saúde, compondo a rede do Sistema Único de Saúde.

Parágrafo Único - O patrimônio da FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO é composto de recursos e bens oriundos do Município de Monte Carmelo, bem como pela incorporação de qualquer espécie de bens, direitos e repasses, públicos ou privados, suscetíveis de avaliação em dinheiro.

CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES E DOS PRINCÍPIOS

Art. 3º. A FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO terá por finalidade a administração e gerenciamento da prestação de serviços públicos de saúde do Hospital Alberto Nogueira, em consonância com as diretrizes traçadas pela Secretaria Municipal de Saúde, Plano Municipal de Saúde, bem como diretrizes gerais do Sistema Único de Saúde, podendo desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvimento científico e tecnológico em saúde e a formação de pessoas na área da saúde.

§ 1º. As atividades de prestação de serviços de assistência à saúde de que trata o caput deste artigo estarão inseridas integral e exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

§ 2º. No desenvolvimento de suas atividades, a FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO observará as diretrizes constitucionais do Sistema Único de Saúde, bem como os princípios reitores da Administração Pública.

§ 3º. É assegurado à FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO pleitear dos planos privados de assistência à saúde, o ressarcimento das despesas com o atendimento de consumidores e respectivos dependentes, na forma estabelecida pelo art. 32 da Lei Federal n.º 9.656, de 3 de junho de 1998 e suas alterações, observados os valores de referência estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Art. 4º. Compete à Fundação de Saúde Monte Carmelo:
I - administrar e gerir o Hospital Alberto Nogueira no âmbito do SUS;

II - desenvolver e prestar serviços de ensino, pesquisa e extensão e à formação de pessoas no campo da saúde, mediante as condições que forem fixadas em seu estatuto social.
III - apoiar a execução de planos estratégicos de ação desenvolvidos no âmbito do Sistema Único de Saúde;
IV - gerar conhecimento em pesquisas básicas, clínicas e aplicadas no âmbito de atuação do Sistema Único de Saúde;
V - prestar serviços de apoio ao processo de gestão da rede municipal de saúde, com implementação de sistema de gestão único com geração de indicadores quantitativos e qualitativos para o estabelecimento de metas, com especial atenção à humanização na prestação de serviços do SUS;
VI - atuar de forma integrada com a rede regional de saúde, podendo firmar convênios, contratos, pactos e atuar de forma consorciada, desde que compatíveis com o contrato organizativo de ação pública de saúde, previsto no inciso II, do artigo 2º, do Decreto Federal n.º 7.508, de 28 de junho de 2011;
VII - exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, nos termos do seu estatuto social.

Art. 5º. É dispensada a licitação para a contratação da FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO pela administração pública municipal, para realizar atividades relacionadas à sua própria finalidade legal, nos termos do art. 24, VIII da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Art. 6º. Fica autorizado o Município de Monte Carmelo a ceder servidores municipais para a Fundação de Saúde Monte Carmelo, com ônus para o Município, mediante celebração de termo de cessão, que deverá ser renovado anualmente.

§ 1º Fica autorizada a criação de funções de confiança para os servidores efetivos que forem cedidos pelo Município de Monte Carmelo para desempenho de atribuições na Fundação de Saúde Monte Carmelo.

§ 2º A cessão de servidores efetivos atenderá aos critérios e necessidades estipulados no plano de trabalho da Fundação de Saúde Monte Carmelo, com apreciação e deliberação do Conselho Municipal de Saúde.

CAPÍTULO III
DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS

Art. 7º. Fica o Município de Monte Carmelo autorizado a desafetar do domínio público imóvel de sua propriedade, situado no Residencial Jardim Zenith II, e doá-lo à Fundação de Saúde do Município de Monte Carmelo - Fundação de Saúde Monte Carmelo, com dispensa de licitação, nos termos do art. 17, I, "b", da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

§ 1º O imóvel objeto da doação de que trata o caput deste artigo, é um lote de n.º 01-C da Quadra 20, Área Institucional, com a área total de 5.617,44 m² o qual fica dentro das seguintes divisas e confrontações: A frente confronta-se com a Rua D, numa extensão de 54,25 m, e o ângulo interno entre a frente e a lateral direita é de 73º; a lateral direita confronta-se com a Rua Doze, numa extensão de 116,56 m, e o ângulo interno entre a lateral direita e o fundo é de 90º; o fundo confronta-se com o Lote 01-A numa extensão de 51,78 m e o ângulo interno entre o fundo e a lateral esquerda é de 90º00'; a lateral esquerda confronta-se com o Lote 01 numa extensão de 100,38 m, e o ângulo interno entre a lateral esquerda e a frente é de 107º, nas referidas vias públicas de propriedade do Município de Monte Carmelo, devidamente matriculado no Cartório de Registro de Imóveis sob o n.º 32940, do livro 02 e inscrição municipal n.º 21580.

Art. 8º. A finalidade da doação é a integralização do patrimônio da Fundação de Saúde do Município de Monte Carmelo - Fundação de Saúde Monte Carmelo.

§ 2º Deverá constar na escritura de doação, cláusula de reversão do imóvel ao Município de Monte Carmelo, independentemente de interposição judicial ou extrajudicial, caso haja desvio da finalidade constante no caput deste artigo, sem qualquer ônus para a Administração Municipal, inclusive quanto à indenização das

benfeitorias existentes.

Art. 9º. Correrão à conta do Município de Monte Carmelo as despesas com os custos dos emolumentos cartoriais, referentes a doação autorizada no art. 7º desta Lei Complementar.

Art. 10. Constitui patrimônio e recursos da Fundação de Saúde Monte Carmelo:

I - R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por remanejamento orçamentário imediato, nos termos da Lei Orçamentária;

II - as receitas decorrentes de repasses e previsões orçamentárias, bem como:

a) verbas provenientes do Fundo Municipal de Saúde e demais repasses de programas específicos do Sistema Único de Saúde - SUS;

b) alienação de bens e direitos;

c) direitos patrimoniais, tais como aluguéis, foros, dividendos e bonificações; e

d) acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais;

III - doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, observados os critérios de transparência e publicidade das mesmas, e

IV - recursos provenientes de outras fontes;

V - o imóvel descrito no art. 7º desta Lei Complementar.

§ 1º No caso de extinção, os bens da FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO passarão a integrar o patrimônio do Município de Monte Carmelo/MG.

§ 2º O patrimônio, bens e recursos da FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO são impenhoráveis.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA

Art. 11. A FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO será administrada pelo Conselho Curador .

Parágrafo Único - Integra, ainda, a estrutura da FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO, o Conselho Consultivo e a Diretoria Executiva.

Art. 12. O Conselho Curador, de natureza deliberativa, órgão superior de direção e controle da Fundação de Saúde Monte Carmelo, será constituído de 07 (sete) membros titulares sem remuneração, com seus respectivos suplentes indicados no mesmo ato, com mandato de 02 (dois) anos, permitida recondução dos seus membros, sendo:

I - 01 (um) membro, o Secretário Municipal de Saúde;

II - 02 (dois) membros indicados pelo Secretário Municipal de Saúde;

III - 01 (um) membro indicado pelo Secretário Municipal de Governo;

IV - 01 (um) membro indicado pelo Procurador Geral do Município;

V - 01 (um) membro eleito pelos servidores da Fundação de Saúde Monte Carmelo;

VI -01 (um) membro eleito pelos usuários do Sistema Único de Saúde no Município de Monte Carmelo-MG e ratificado pelo Conselho Municipal de Saúde.

§ 1º O Conselho Curador será presidido pelo Secretário Municipal de Saúde e, na ausência deste, seu suplente ou por quem ele indicar.

§ 2º Em casos de falecimento, renúncia, destituição, incompatibilidade e impedimento de um membro titular, o Conselho Curador empossará o suplente e solicitará a substituição, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 3º Poderão participar das reuniões do Conselho Curador, sem direito a voto, os municípios que integram a região de saúde (Microrregião) Patrocínio/Monte Carmelo desde que seja encaminhado ofício ao Conselho, pelo Prefeito do Município da Região, com indicação do representante.

Art. 13. É da competência privativa do Conselho Curador:

I - instituir e reformar o Estatuto;

II - opinar sobre a extinção da Fundação de Saúde Monte Carmelo, que só poderá se efetivar mediante lei complementar;

III - aprovar e reformar o regimento interno que disporá sobre os assuntos de interesse da FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO e, especialmente, do sistema de gestão do trabalho;

IV - encaminhar ao Prefeito proposta de plano de empregos públicos, salários e carreiras dos servidores da FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO após ampla discussão no Conselho Curador, ouvidos os órgãos de representação sindical na área da saúde;

V - apresentar proposta de abrangência da atuação da Fundação de Saúde Monte Carmelo, inclusive com agenda e cronograma de execução, bem como estudos de viabilidade orçamentária e técnica no âmbito de atuação da FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO e do Sistema Único de Saúde;

VI - aprovar e reformar o regimento interno do Hospital Alberto Nogueira em consonância com as unidades de atenção básica, ambulatoriais e hospitalares que compõem a rede de atenção à saúde Monte Carmelo;

VII - aprovar:

Proposta de contrato de gestão e seu detalhamento por meio de plano operativo da Fundação de Saúde Monte Carmelo, anual e plurianual;

b) a prestação de contas anual da Diretoria Executiva, garantida sua transparência e publicidade; com a realização de audiência pública anual;

c) a contratação de empresas de auditoria independente para a realização do exame das demonstrações financeiras segundo o disposto na Lei Federal nº 8.666, de 1993 e suas alterações;

VIII - solicitar, aos servidores com emprego de direção, esclarecimentos, informações e prestações de contas eventuais;

IX - aprovar o recebimento de doações com encargos, observados os critérios de transparência e publicidade;

X - deliberar, em instância final, sobre os demais assuntos de interesse da Fundação de Saúde Monte Carmelo.

Parágrafo Único - As deliberações sobre as matérias constantes deste artigo serão tomadas pelo voto de maioria simples do Conselho.

Art. 14. O Conselho Fiscal, órgão de controle interno, responsável pela fiscalização da gestão econômico-financeira da Fundação Saúde do Município de Monte Carmelo - FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO será constituído por 05 (cinco) membros sem remuneração e seus respectivos suplentes, todos com mandato de 02 (dois) anos, permitida uma recondução dos seus membros por igual período, e terá a seguinte composição:

I - 01 (um) representante indicado pela Secretaria Municipal de Saúde;

II - 01 (um) representante eleito pelos servidores da Fundação de Saúde Monte Carmelo;

III - 03 (um) representantes indicado pelo Conselho Municipal de Saúde.

§ 1º Os membros indicados para o Conselho Fiscal deverão ter à sua disposição uma consultoria técnica, segundo disposto em seu estatuto social, com conhecimento da área econômico-financeira ou contábil, bem como da legislação do Sistema Único de Saúde.

§ 2º O Conselho Fiscal será presidido por membro eleito entre seus pares.

Art. 15. Compete ao Conselho Fiscal da Fundação de Saúde Monte Carmelo:

I - proceder à fiscalização contábil, financeira e patrimonial da Fundação, semestralmente;

II - examinar as contas, balanços e quaisquer outros documentos e, ao final, apresentar parecer contábil, no mínimo quadrimestral, acerca da prestação de contas da administração da Fundação;

III - analisar e emitir parecer acerca da prestação de contas de recursos específicos e que deve, isoladamente, ser encaminhado aos órgãos da Administração Pública que os concederam;

IV - avaliar a gestão financeira da Diretoria Executiva e do próprio Conselho Curador, inclusive a fiscalização das atividades dos administradores, assim como o exame da contabilidade, sem prejuízo das funções do Conselho Curador;

V - solicitar ao Conselho Curador e à Diretoria Executiva esclarecimentos ou informações, desde que relativos à sua função fiscalizadora;

VI - indicar ao Conselho Curador a realização de auditoria pelos órgãos próprios do Sistema Único de Saúde, bem como pelos órgãos de controle interno do Município de Monte Carmelo, Corregedoria Geral da União e Tribunais de Contas pertinentes.

Parágrafo Único - Os membros do Conselho Fiscal e do Conselho Curador, respondem pelos danos resultantes de omissão no cumprimento de seus deveres e de atos praticados com culpa ou dolo, ou por violação ao Estatuto.

Art. 16. A Diretoria Executiva, órgão responsável pela execução dos objetivos da FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO e subordinada ao Conselho Curador, todos com mandato de 04 (quatro) anos, permitida a recondução de seus membros por igual período, e será constituída dos seguintes empregos públicos em comissão:

I - 01 (um) Diretor Presidente;

II - 01 (um) Diretor Administrativo;

III - 01 (um) Diretor do Hospital Alberto Nogueira;

IV - 01 (um) Diretor de Recursos Humanos e Qualificação de Pessoas;

§ 1º Todos os empregos públicos em comissão da Diretoria Executiva são de livre nomeação pelo Prefeito Municipal.

§ 2º Os membros indicados para a Diretoria Executiva deverão possuir reputação ilibada, capacidade e notório conhecimento nas suas respectivas áreas.

§ 3º O Diretor Executivo será substituído em suas faltas e impedimentos pelo Diretor Administrativo, e na ausência deste, pelo Diretor do Hospital Alberto Nogueira.

Art. 17. É da competência da Diretoria Executiva:

I - gerir a FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO e coordenar, supervisionar e controlar as unidades que integram sua estrutura;

II - gerir a prestação dos serviços contratados, em consonância com as metas de desempenho e atividades fixadas no contrato de gestão celebrado entre a Fundação e o Poder Público, e constante no Plano Municipal de Saúde, programas e relatórios de gestão do Sistema Único de Saúde;

III - exercer o controle interno das atividades da Fundação de Saúde Monte Carmelo, nos termos do Estatuto e segundo as diretrizes e os critérios fixados no Plano Municipal de Saúde, programas e relatórios de gestão do Sistema Único de Saúde e o respectivo contrato organizativo de ação pública de saúde;

IV - elaborar, para deliberação do Conselho Curador:

a) o Plano de Gestão Estratégica da Fundação Monte Carmelo, anual ou plurianual;

b) o estatuto da Fundação Monte Carmelo;

c) o regimento interno do Hospital Alberto Nogueira e da Fundação de Saúde Monte Carmelo.

Art. 18. Constituem atribuições e deveres do Diretor Presidente, além dos que o Conselho Curador lhe conferir:

I - representar a FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO em juízo ou fora dele;

II - convocar o Conselho Curador na forma do Estatuto;

III - presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

IV - cumprir e fazer cumprir o estatuto e o regimento da Fundação de Saúde Monte Carmelo;

V - delegar funções aos demais diretores.

Art. 19. O Conselho Consultivo, órgão de assessoramento, aconselhamento e apoio às ações da Fundação de Saúde Monte Carmelo, é integrado por 13 (treze) membros, com seus respectivos suplentes, todos com mandato de 02 (dois) anos, permitindo recondução dos seus membros por igual período, tendo a seguinte composição:

I - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social;

II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

III - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

IV - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana;

V - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

VI - 01 (um) representante dos prestadores de serviços de saúde;

VII - 02 (dois) representantes dos profissionais de saúde;

VIII - 05 (cinco) representantes dos usuários do conselho municipal de saúde eleitos entre seus pares.

§ 1º O Conselho Consultivo reunir-se-á ordinariamente, duas vez por ano, presentes, obrigatoriamente, o Conselho Curador, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva.

§ 2º O Conselho Consultivo reunir-se-á extraordinariamente mediante convocação do Secretário Municipal de Saúde, do Diretor Presidente da FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO e do Presidente do Conselho Municipal de Saúde.

CAPÍTULO V DO PESSOAL

Art. 20. Os servidores da FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO constituirão quadros próprios e serão admitidos sob o regime previsto na Consolidação das Leis de Trabalho, disciplinado no Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e demais normas pertinentes.

Parágrafo Único - O pessoal da FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO será admitido mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma da legislação em vigor, salvo quando se tratar de emprego público em comissão.

Art. 21. Fica a Fundação de Saúde Monte Carmelo, para fins de sua implantação imediata, autorizada a contratar, mediante processo seletivo simplificado, pessoal técnico e administrativo por tempo determinado.

§ 1º Os contratos temporários de emprego público de que trata o caput deste artigo somente poderão ser celebrados durante 01 (hum) ano subsequente à constituição da Fundação, prorrogáveis uma única vez por igual período.

§ 2º Em caso de concurso válido com lista de espera de aprovados não

nomeados, fica proibida a realização de processo seletivo simplificado bem como a realização de contrato temporário.

Art. 22. A FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO poderá celebrar contratos temporários de emprego público em caso de necessidade temporária de excepcional interesse da saúde pública, nos termos do inciso II , do art. 2º, e § 1º do art. 3º da Lei Federal nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993 e suas alterações , observado o prazo máximo de duração de até 06 (seis) meses, nos termos do art. 4º da referida Lei.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. A FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO está sujeita à fiscalização dos órgãos de controle interno do Poder Executivo, ao Conselho Municipal de Saúde, ao controle externo exercido pela Câmara de Vereadores, aos controles internos do Sistema Único de Saúde, aos respectivos Tribunais de Contas e Controladoria Geral da União.

Parágrafo Único - O Conselho Curador apresentará ao Conselho Municipal de Saúde o seu plano de trabalho para aprovação e lhe submeterá o seu relatório de gestão quadrimestral para discussão e emissão de parecer sobre as ações realizadas, aplicações dos recursos e resultados de metas, segundo a pactuação.

Art. 24. É vedado à FUNDAÇÃO E SAÚDE MONTE CARMELO prestar serviços de assistência à saúde à iniciativa privada bem como cobrar ao cidadão usuário taxa, tarifa, preço público ou qualquer outra forma de remuneração, salvo hipótese prevista no art. 3º, § 3º desta Lei Complementar.

Art. 25. A FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO instituída por esta Lei Complementar fica declarada de utilidade pública, estando autorizada a pleitear o reconhecimento da condição de entidade beneficente de assistência social.

Art. 26. Os indicados para a composição do Conselho Curador, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo da FUNDAÇÃO DE SAÚDE MONTE CARMELO deverão atender aos requisitos de elegibilidade previstos na Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, para investidura nos empregos públicos em comissão e funções de confiança.

Art. 27. Para a execução desta Lei Complementar, fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos suplementares que se fizerem necessários, nos termos da Lei Municipal Orçamentária Vigente, com o objetivo de cobrir as despesas de implantação, funcionamento e desenvolvimento das atividades da Fundação Monte Carmelo.

Art. 28. Esta Lei Complementar será regulamentada no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Art. 29. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Monte Carmelo – MG, 08 de dezembro 2015.

Fausto Reis Nogueira
Prefeito Municipal

Vilson Vieira Borges
Secretário Municipal de Governo

PREFEITURA MUNICIPAL DE
MONTE CARMELO
ESTADO DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O Secretário Municipal de Fazenda torna pública a Homologação do Processo Licitatório n.º 090/2015 – Modalidade: Pregão Presencial n.º 043/2015 – Tipo: Menor Preço Por Item - Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA O ENCONTRO DE FILIA DE REIS**, em prol da empresa **JOSÉ LOURENÇO NETO - ME** – Valor: R\$ 10.405,88 (dez mil quatrocentos e cinco reais e oitenta e oito centavos). Data: 18 de Dezembro de 2015, Secretário da Fazenda Anderson Pires.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 130/2015

Processo Licitatório n.º 090/2015 – Modalidade: Pregão Presencial n.º 043/2015 – Tipo: Menor Preço Por Item – Objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA O ENCONTRO DE FILIA DE REIS** – Contratante: **Prefeitura Municipal de Monte Carmelo** – CNPJ: 18.593.103/0001-78. – Contratada: **José Lourenço Neto - ME** – CNPJ: